DEGRADAÇÃO SANITÁRIA, ECONÓMICA E SOCIAL



O Orçamento tem de responder ao que o País precisa!

Ninguém tem dúvidas sobre a dimensão e gravidade dos problemas que o País enfrenta.

Mas não basta dizer que a situação é grave.

Se a situação é excepcional, então a resposta tem de ser excepcional.

É isso que o OE deve fazer. O país não compreenderá que não se mobilizem todos os recursos, toda a margem disponível para acudir a quem ficou sem emprego, sem salário, sem protecção social, sem o seu pequeno negócio.

O País não precisa de Estados de Emergência. Precisa, sim, de medidas de emergência.

É preciso fazer o que tem de ser feito.

Reforçar o Serviço Nacional de Saúde e todos os serviços públicos;

Valorizar os salários de todos os trabalhadores;

Revogar as normas gravosas da legislação laboral, combater a precariedade e o desemprego;

Dinamizar o aparelho produtivo, substituindo importações por produção nacional;

Apoiar as MPME;

Recuperar o controlo público de empresas e sectores estratégicos - CTT, Aeroportos, Novo Banco e outros;

Reforçar e valorizar as prestações sociais, as reformas e pensões, o subsídio de desemprego, os direitos das crianças;

Dotar as escolas com todas as condições para garantir o seu bom funcionamento;

Mais justiça fiscal, aliviando a tributação sobre os salários e rendimentos mais baixos e intermédios, tributar efectivamente o grande capital e o património de elevado valor;

Apoiar a cultura, o desporto e o associativismo.



Governo adia e compromete soluções:

- → Mantém o congelamento dos salários e rompe com o compromisso de aumento do Salário Mínimo Nacional;
- → Limita a contratação de milhares de trabalhadores em falta e o reforço dos serviços públicos;
- → Não responde à situação de milhares de trabalhadores desempregados;
- → Deixa à deriva milhares de MPME profundamente atingidas na sua actiividade, muitas forçadas a encerrar;
- → Adia investimentos públicos que se arrastam há anos:
- → Reforça os privilégios do grande capital em tempo de epidemia.

A situação exige uma resposta global!

Mais de 700 mil desempregados, uma recessão económica profunda, perda de salário e de rendimentos por parte de milhares de trabalhadores, enorme pressão sobre SNS que tem sido saqueado pelos grupos privados da saúde, quebra e suspensão da actividade de milhares de micro e pequenas empresas que não sabem como sobreviver.

A ausência de respostas do Governo PS, abre a porta ao branqueamento do PSD e do CDS e à accão demagógica e reaccionária dos seus sucedâneos (Chega e Iniciativa Liberal).

A situação reclama que se intensifique a luta por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assegure um Portugal com futuro.



O **PCP** não desiste do País

O PCP apresentou, em praticamente todas as áreas da vida nacional, mais de 300 propostas que permitem avançar na resposta de que o País precisa.

- → Reforço do orçamento do SNS para contratar mais profissionais, adquirir equipamento, investir em instalações, responder às listas de espera;
- → Criação de uma rede pública de creches e de uma rede pública de lares;
- → Suspensão dos despedimentos e garantia do pagamento dos salários a 100%;
- → Reforço do subsídio de desemprego;
- → Suplemento remuneratório para os trabalhadores de serviços essenciais sem discriminações;
- → Pagamento do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- → Aumento das reformas e pensões para todos os pensionistas a partir de 1 de Janeiro em 10€;
- → Contratação de milhares de trabalhadores em falta nos serviços públicos, designadamente mais 6940 profissionais de saúde, 5000 auxiliares para as escolas, 2500 profissionais para as forças e serviços de segurança;

- → Alívio do IRS para os rendimentos mais baixos e intermédios e agravamento da tributação dos grupos económicos: taxar transferências para paraísos fiscais, imposto extraordinário para o sector dos Seguros;
- → Eliminação das restrições às PME no acesso aos apoios; apoio à tesouraria das MPME, incluindo para pagamento dos salários em casos de suspensão ou redução significativa da actividade;
- → Programa de apoio ao trabalho artístico e cultural e reforço dos apoios aos sectores da cultura, desporto e associativismo;
- → Alargamento da protecção social e reforço do financiamento das corporações de bombeiros;
- → Reforço dos transportes públicos em todo o País, gratuitidade até aos 18 anos e criação de um operador público rodoviário;
- → Eliminação das portagens nas ex-scut;
- → Resgate das Parcerias Público Privadas PPP;
- → Apoios aos sectores produtivos: agricultura, florestas, pesca, indústria;
- → Recuperação do controlo público de sectores estratégicos: Correios, Aeroportos, Novo banco, Rede Eléctrica Nacional.

JUNTA-TE A NÓS!

Preenche, recorta e envia para:

FICHA PARA CONTACTO

F-MAIL

NOME	
TELEFONE	LOCALIDADE

R. Soeiro Pereira Gomes, n.º 3, 1600-196 Lisboa ou pcp@pcp.pt